

## CRISTÃOS-NOVOS NA LITERATURA BRASILEIRA, TENDÊNCIAS

MOACIR AMÂNCIO

### Abstract

The novel, “The Silver Mine”, by José de Alencar, set in the 17th century, speaks of the role of Jews and converts in Brazilian history, although in a derogative way, but other authors have seen the “conversos” as cultural heroes and eternal victims of the (Spanish and Portuguese Inquisition. One of the most known victims of the Inquisition in Brazil and Portugal is the comedy writer Antônio José da Silva, “The Jew,” hero of the tragedy written by Gonçalves de Magalhães which initiated the Brazilian romanticism. In the 20<sup>th</sup> century Moacyr Scliar wrote about the “conversos” in his novel “The Strange Nation of Rafael Mendes” as builders of the country who forgot or in some cases almost forgot their old identity and became one of the typical fruits of the Brazilian earth. A contemporary “converso” descendant is the principal character of a popular novel recently published in Brazil.

*Keywords:* Conversos, colonization, anti-Semitism, Inquisition, Brazil

Há mudanças no enfoque sobre os cristãos-novos, ou *beni anussim* e descendentes, no Brasil e na literatura brasileira. Desde a peça teatral *Antônio José ou o Poeta e a Inquisição* (1838), de Gonçalves de Magalhães (1811-1882),<sup>1</sup> que inaugurou o romantismo nesse país, passando pelas mil páginas do folhetim *As Minas de Prata* (1865-66) de José de Alencar

1 In Käthe Windmüller, *O Judeu no Teatro Romântico Brasileiro*, São Paulo 1984 (o volume reproduz o texto da peça).

(1829-1877),<sup>2</sup> pelo longo poema *A Cristã Nova*, de Machado de Assis (1950),<sup>3</sup> incluído no volume *Americanas* (1875), até a peça teatral *O Santo Inquérito* (1982), de Dias Gomes (1922-1999), encenada pela primeira vez em 1966,<sup>4</sup> e *Judeu Nuquim* (1967), romance de Octávio Mello Alvarenga (1926-2010),<sup>5</sup> os autores utilizaram exclusivamente o passado já um tanto remoto, pelo menos em termos brasileiros. Em meio a dados históricos, ou pseudo-históricos, reconstituíam-se os espectros cercando-os de uma aura mitificadora para o bem e para o mal. Isso à maneira romântica, que persiste em alguns aspectos. Partia-se da tese clássica produzida pela história e pela literatura, segundo a qual o cristão-novo era o ser dividido e preso eternamente entre dois mundos, como a personagem Dona Luísa de Paiva, já nascida cristã, em *As Minas de Prata*. Ela possui duas personalidades, uma, tolerada com todas as ressalvas possíveis pela sociedade cristã, a outra, sufocada, mas nem sempre esquecida, latente portanto. Nesse romance também está presente o judeu, sobretudo na figura do rabino Samuel, que encena a luta pelo simples direito à existência daquele ser sufocado em Dona Luísa e nele, manifesto. Não importa o motivo do rabino ao agir pela família ou pelo seu povo, em busca de estabilidade e segurança precárias, suas ações sempre serão vistas como criminosas – algo ecoa Shylock do ponto de vista do narrador, enquanto no seu perfil lembra o aventureiro rabino Samuel Lapache e outras personalidades do gênero, de uma época na qual negócios, política internacional e pirataria podiam significar a mesma coisa.<sup>6</sup> Se na dinâmica criada por um romancista de grande talento como Alencar, que deixa transparecer o potencial reprimido pelo antissemitismo do autor, no poema *A Cristã-nova*, Machado de Assis supera os limites do já convencional pela agudeza na percepção da tragédia em foco.<sup>7</sup>

2 José de Alencar, *As Minas de Prata*, dois volumes, São Paulo 1952.

3 Machado de Assis, *Poesias Completas*, Rio, São Paulo, Porto Alegre 1950.

4 Dias Gomes, *O Santo Inquérito*, 6ª. edição, Rio 1982.

5 Octavio Mello Alvarenga, *Judeu Nuquim*, Rio 1967.

6 Ver Edward Kritzler, *Jewish Pirates of the Caribbean*, New York 2009.

7 Anita Novinsky alertou para a atenção do autor aos cristãos-novos, com destaque a esse poema no livro *O Olhar Judaico em Machado de Assis*, Rio 1990.

Outra recorrência é aquela do panfleto libertário, como no primeiro texto do romantismo brasileiro, *Antônio José*, espécie de manifesto ficcional contra a inquisição, símbolo da perversidade arbitrária. Isso se repetiria em outra peça teatral, *O Santo Inquérito*, de Dias Gomes, publicada pela primeira vez em 1966. Tanto Antônio José como Branca Dias, a personagem histórica que inspirou o dramaturgo, em versão lendária, segundo a qual uma pacata, porém ativa matriarca, denunciada após a morte como judaizante, teria sido queimada em fogueira da inquisição na Paraíba, são figuras ideais para ilustrar o drama da supressão da liberdade de pensamento e existência. Elas se tornam, portanto, peças à disposição do escritor, mitos acima ou abaixo da realidade. Em Gonçalves de Magalhães, o grito pela liberdade universal da consciência. O mesmo ocorre no drama *O Santo Inquérito*, escrito e encenado no início da ditadura militar brasileira, com o golpe de 1964 e que em 1968 iria constranger o pensamento, a imprensa, as artes e a vida no país. Mesmo assim, a representação da peça não foi coibida no ano de 1978 em diversas capitais brasileiras, tendo sido grande sucesso de público, num protesto semivelado contra o regime. Sempre, em algum momento, obras tão distantes no tempo e no espaço se cruzam, pois pertencem ao mesmo território virtual. Branca Dias nasceu em Portugal e morreu na Paraíba, Antônio José da Silva (Coutinho), nasceu no Rio de Janeiro, dia 8 de maio de 1705, e foi levado ainda criança para Portugal, com a família perseguida pela inquisição, lá tendo crescido, vivido, escrito suas comédias, para ser executado no dia 18 de outubro de 1739. Ambos são assunto persistente na memória expandida que é a ficção. Porque o cristão-novo, judaizante ou não, faz parte da história da Península e dos países onde ele buscou refúgio no correr dos séculos e pode ou deve assim ser considerado, evidência histórica reavivada pelas diversas pesquisas no correr do século 20, contra uma tendência de não mais percebê-lo, como sequela final da inquisição ecoando tempos afora. A ponto de quase suprimir a percepção dessa entidade num ambiente onde ela atuou de maneira intensa, para se eclipsar no processo de diluição através dos séculos.

Sempre se falou no cristão-novo, porém. Fora os estudos universitários, há lendas familiares e origens comprovadas por pesquisas históricas, biográficas e genealógicas, mais a verificação de costumes religiosos

judaicos espalhados pelo país em maior ou menor índice de ocorrência. Estranha-se, como se vê pelos exemplos citados acima, que o tema ainda seja um tanto incomum na literatura de ficção, sem falar na poesia, com exceções do tipo de Machado de Assis – ele também dedicou um poema a Antônio José, outro a Espinosa (Spinoza), descendente de marranos. Pioneiro maior foi Alencar, como se torna óbvio em seu romance citado, objeto oportuno do atento estudo de Marta Marczyk na Universidade de São Paulo.<sup>8</sup> Deve-se reconhecer, com ela, a visão negativa que o narrador aplica ao judeu nesse romance histórico, embora o mérito indiscutível de Alencar seja ter levado em conta a participação judaica e cristã-nova na história brasileira. E mais do que isso, agora com atenção à finura da pena alencariana ao desenhar a grande personagem secundária chamada Joaquim Brás, conhecido como Brás Judengo pelas personagens que povoam o livro. A alcunha representa o ponto de vista popular a partir de um senso comum, e judengo é bastante óbvio, relaciona-se a judeu, a parecido com judeu, equivale a judeu e adquire no livro um significado também pejorativo pelo comportamento da personagem, definida por princípio como um caráter nefasto. Trata-se, portanto, de outra caricatura com todos os exageros da caricatura. Joaquim (em intrigante antítese, o nome significa aquele que Deus ergue, constrói – haverá aí uma intenção irônica do autor, dirigida ao povo judeu como eleito frustrado?) é a encarnação da escória do ponto de vista convencional: desonesto, ambicioso, cruel, tem uma taverna hedionda, agencia mulheres, mente a Deus e ao diabo, a rigor um amoral que tenta sobreviver e levar a melhor onde e quando a oportunidade se apresenta. Tem o sonho impossível de se casar com a filha do rabino Samuel (Deus escuta, ouvido por Deus – outra ironia paralela à sugerida pouco acima?), a deslumbrante Raquel, depois que o pai a entrega a um oficial, com o objetivo de “convencê-lo” a participar de tramas em favor dos holandeses e uma planejada invasão, mas sobretudo em favor dos judeus, e contra a coroa portuguesa, leia-se a inquisição. Raquel fora encarregada pelo pai de se entregar ao oficial cristão, por quem ela era seduzida, em troca de

8 Marta B.F. Marczyk, *Representações Cristãs do Povo Judeu em “As Minas de Prata”*, São Paulo 2006.

segredos a serem utilizados no plano da invasão. No entanto ela distrai o rapaz, passando da admiração ao desprezo por um jogador beberrão, venal, a moça o engana, obtém informações, expulsa-o e nada mais acontece. A saída encontrada por ela resulta sem dúvida num subterfúgio usado também para manter intacta a própria honra e a honra paterna. Apesar da ideia judaica sobre a possibilidade de se cumprir a *mitsvá*, o preceito no delito, como fez Ester, ao salvar os judeus das garras de Haman, casando-se com o incircunciso Ahasverus. O objetivo aqui seria parecido, o leitor informado sabe disso, avançando-se sobre as intenções do romancista, travado pelo imobilismo da cultura ocidental hostil ao judeu. Raquel, além de mulher quase irresistível, também impressiona pelo caráter reto, no que se compararia apenas a Estácio (o estável, o constante), herói romântico de ética irretocável e por isso desperta a atenção da moça judia, por quem ele também se sente atraído, embora no final das contas permaneça fiel à eleita – não se perca ele pelo nome. Por ele, Raquel, que idealiza os moços cristãos, estaria pronta a abandonar o seu povo – daí a marca da diferença em relação aos demais judeus, entenda-se, para ser uma boa judia de fato, ela deveria deixar de ser judia, equiparando-se ao cristão em matéria de nobreza espiritual, conforme a lógica do romance.<sup>9</sup>

Voltando ao Brás Judengo. Apesar das linhas insinuantes da narrativa, o romancista deixa no ar a conclusão da pergunta que se instaura a partir da primeira aparição da personagem: será judeu, marrano ou mero escroque? Torna-se não obstante agente dos judeus, apesar das consequências óbvias, o que seria dado a seu favor, indicando talvez a sua identidade íntima. Ao negociar com judeus, assume o nome de Joakin Baraz, aproximando-se de uma sonoridade hebraica, embora um tanto *fake*, caricatura sobre caricatura, e aí está o ponto. Marczyk, cautelosa e fiel à letra do texto, evita conclusões. Detecta e analisa os indícios negativos sugerindo que o Brás Judengo seria um marrano ou mesmo judeu. Isso, no livro, vem reforçado pelo populacho, a voz sintomática do senso comum, pois assim ele é chamado em determinado momento, “judeu, judengo”. Por que designar alguém como judeu se nada provaria essa condição? Pelo fato de

9 Ibidem, pp. 52-57.

a personagem representar à perfeição a figura do velhaco – o clichê torna-se muito enfático e leva o viés antissemita à ênfase caricata mencionada. Ele seria, portanto, uma das encadernações do judeu ou do marrano segundo o senso comum da suposta época – os seiscentos-setecentos –, ou os novecentos?, ou o século 21, no qual o vezo antissemita se mantém. Dado de interesse: é frequente alguém no Brasil referir-se a certas pessoas ou a certa família em tom de suspeita: “Dizem que são cristãos-novos.” Ou ainda sobre supostos descendentes de cristãos-novos: “Eles são judeus, você não sabia? Cuidado!” Outra expressão, também pejorativa: “Mas ele é cristão-novo” – quando alguém, envolvido por vontade própria ou não em uma situação, tenda a exagerar nas atitudes defensivas ou nos ataques a partir dos princípios recém-assumidos, querendo com a pose parecer mais realista do que o rei, perante ele mesmo, ou então pretendendo convencer os demais da sua sinceridade, ou para ocultar a verdadeira opinião, contrária às aparências. Em suma, quem exagera suas manifestações com o intuito de demonstrar o que é ou o que não é.

Na ficção alencariana, Dona Luísa de Paiva (a escolha de um nome de família comum entre os descendentes de judeus portugueses não pode escapar à percepção, ainda mais em um autor do porte de Alencar, atento à onomástica como produtora de significados) é um exemplo radical da situação indecisa do cristão-novo. Logo no início da narrativa ela diz à filha que nascera cristã, mas ignorava se morreria como tal. Torna-se católica fanática e tenta provocar um aborto na filha, que concebera do namorado, não por motivo de honra conspurcada, mas para livrar o mundo da má semente judaica. Como saída, ela pretende que a filha seja encaminhada ao claustro, mas não tem êxito (1952).<sup>10</sup> Cristão-novo é sinônimo de pessoa nada confiável, inclusive para os próprios. Nesse raciocínio tortuoso ninguém se torna menos confiável do que Joaquim Brás: joga com todos, trabalha com e para os judeus, mas acaba flagrado pelo Padre Molina (a grande personagem do romance, devido à malignidade superior à das demais personagens, justifica tudo em nome da Companhia de Jesus, porém termina derrotado pela danação da carne, que o destrói ao final) como um membro

10 Alencar (nota 2), pp. 66-72.

laico da Companhia, devido a um juramento antigo, artimanha usada com frequência no romance. Torna-se de repente mais dividido ainda: fiel ou infiel a vários interesses contraditórios. Sua lei, se havia uma lei, seria a da sobrevivência de linhagem picaresca. Marczyk acerta em sua análise da personagem: resta sempre a dúvida em torno do Brás Judengo, será judeu?, marrano?, como perguntam e supõem?<sup>11</sup>

A dubiedade, projetada de fora e provocada pelas circunstâncias na conduta dos cristãos-novos logo após a conversão forçada ou voluntária e também muito tempo após a mudança do status religioso, torna-se quase estereótipo na vida reproduzido pelo clichê literário. Veja-se a obra exemplar de Yosef Kaplan (1995)<sup>12</sup> e o estudo de Yermiahu Yovel (1988)<sup>13</sup> sobre o assunto, onde se destaca o jogo duplo das expressões na peça *A Celestina*, de Fernando de Rojas, com possível primeira edição em 1499.<sup>14</sup> Dubiedade existencial e expressiva, presente mesmo em Baruch de Espinosa (Spinoza), filho de retornados ao judaísmo, como Yovel demonstra de maneira percuciente ao focar o filósofo como um marrano “da razão”, mal disfarçado dentro da própria comunidade até ser expulso dela. Conduta típica e radical nesse sentido seria a do poeta Miguel de Barrios que, retornado ao judaísmo em Amsterdã, fora de lá vivia como católico, quando lhe era conveniente.

A digressão acima tem por objetivo evidenciar a intuição ou o apuro do romancista, digamos assim, indo além dos preconceitos antisemitas que perpassam, de modo tão problemático, um trabalho literário de qualidade. Por isso o romance deixa o âmbito exclusivamente artístico para se tornar documento de um fato ideológico. Esse movimento contraditório, que a obra diz ou sugere, indo além da vontade do autor, ocorre com frequência, todos conhecem os grandes exemplos dessas falhas. Sem contar que Joaquim Brás, o comerciante, o escroque, o proxeneta, o estigmatizado enfim, ainda pode ser visto como um elemento da burguesia emergente, sem “raízes”,

11 Marczyk (nota 8), pp. 57-65.

12 Yosef Kaplan, *Do Cristianismo ao Judaísmo – A História de Isaac Oróbio de Castro*, Rio 2000. Ver também Y. Kaplan, *A Dispersão Sefardita no Ocidente* (hebraico), Jerusalém 1977.

13 Yermiahu Yovel, *Espinosa e Outros Heréticos* (hebraico), Tel Aviv, vol. I, pp. 94-148.

14 Fernando de Rojas, *A Celestina*, Porto Alegre RS 2008.

sem nobreza de alma e nenhuma outra, o arrivista desclassificado, alvo do desprezo aristocrático que tenta reduzi-lo a uma insignificância vil, mas está longe de se livrar dele em algum momento e, portanto, de se submeter a ele, como veríamos na ficção e na história. Não nos esqueçamos, Alencar foi um homem do século 19. E, como observador do seu tempo, leitor e romancista de fôlego e dimensão extraordinários, além de político (foi jornalista, senador, professor de direito, ministro de governo) e ideólogo romântico dedicado à criação de mitos de origem para conferir um respaldo à chamada nação brasileira, como fez em obras indigenistas que o tornaram conhecido como um mestre do gênero. Ele se volta, em *As Minas de Prata*, mais uma vez, para a fundação da pátria. Nesse livro, pode-se considerar, os compromissos ideológicos e as pré-concepções indisfarçáveis não impedem que a obra contenha matrizes a serem retomadas no futuro, tornando Alencar um enorme precursor, como de resto sempre foi reconhecido. Ele não teria escrito uma apologia trágica do tipo de *Antônio José*, mas ao reconhecer ou aceitar a contragosto a presença do judeu e do cristão-novo, o marrano enfim, como atores dentro do cenário brasileiro, direta ou indiretamente no primeiro caso, ele mais uma vez confirma a sua condição de autor seminal. A atuação de judeus regulares na vida de Salvador no século 17, em que se desenrola a história, portanto em plena vigência da inquisição, explica-se e é explicada no romance como decorrente de um negócio entre a coroa portuguesa e judeus, incluindo judeus portugueses radicados na Holanda:

Ora, os judeus da cidade de Salvador, como os de todo o Brasil, ameaçados da revogação da lei de 30 de junho de 1601, que lhes permitiu a passagem à colônia, apesar de a haverem comprado por 200.000 cruzados, faziam votos pela continuação da guerra e alimentavam a secreta esperança de ver o Estado do Brasil passar ao domínio da Holanda, a quem na falta de língua e da origem, os ligava o santo e poderoso vínculo da religião. (1952).<sup>15</sup>

Lembre-se, a inquisição, em tese, perseguiria àqueles que tinham sido batizados à força e em sessões farsescas, ou por vontade própria, sempre suspeitos de manter fidelidade à antiga religião em segredo, os marranos

15 José de Alencar (nota 2), segundo volume, p. 513.

– o que não era, como se sabe, sempre infundado. E não aos judeus, que impossibilitados de continuar a viver na Ibéria como tais, haviam deixado Portugal e Espanha. Adaptar-se ao máximo, pelo menos na aparência, era uma finalidade, apesar da rejeição sistemática do ambiente católico, acentuada quando houvesse a oportunidade de proveito econômico. Num romance publicado em 1954 por Dinah Silveira de Queiroz (2000),<sup>16</sup> em homenagem aos 400 anos do Estado de São Paulo, há um cristão-novo recém-convertido chamado Mestre Davidão, figura simpática e leal, comerciante, casado com uma ex-prostituta proveniente de Portugal. Em desprezo aos costumes vigentes, ele e a mulher passam a viver como um casal antes da cerimônia religiosa e é ela quem faz ostentação do patrimônio, ao dizer que Davidão, cujos pais se preocupavam tanto com a carne suína, tornava-se agora o rei dos porcos, tendo quarenta desses animais bem cevados na parte térrea da casa. A negligência religiosa, a libertinagem e o chiqueiro ostensivo seriam suficientes para provocar desconfiância quanto às convicções cristãs de Davidão. Há repercussões alencarianas no romance, como a “resposta” positiva nessa personagem, oposta ao Brás Judengo. A intenção épica ecoa o clássico alencariano. Ainda, num desdobramento do folhetim, o texto é vazado nos moldes de pré-roteiro cinematográfico e teria três adaptações para a televisão, em 1961, 1968 e 2000. O livro poderia ser visto como um elo entre o aspecto popularesco do folhetim dos novecentos e o dos séculos 20 e 21, com alvo nos meios visuais, o que será comentado mais adiante. O cristão-novo colonizador ressurgiria em outro romance, publicado cem anos depois de *As Minas de Prata*, cujo herói é um cristão-novo que, deixando a Bahia para evitar ações inquisitoriais, embrenha-se por Minas Gerais adentro levando consigo um volume da Bíblia, após a prisão de seus pais pelo Santo Ofício na Bahia. É o referido *Judeu Nuquim*, de Octavio Mello Alvarenga (1967). Com isso, adequando-se o recurso literário aos objetivos dos autores, a figura do cristão-novo tenderia a vez por outra surgir como um símbolo de resistência cultural, da luta pela liberdade de consciência – não há como negar isso em relação ao rabino Samuel,

16 Dinah Silveira de Queiroz, *A Muralha*, Rio 2000.

apesar da expressa antipatia do narrador em relação à personagem; basta a mudança de registro para vermos a figura não como traidora, mas como fortemente positiva, isto é, heroica. Tema e concepções recorrentes que formaram um pequeno círculo de clichês “favoráveis”, contra uma tendência de se fazer esquecer o passado, de suprimi-lo, em um processo permanente de limpeza étnica nesse país caracterizado pela síntese da mestiçagem em todos os terrenos, mais todas as tensões que isso implica.

A tonalidade é histórica, embora o autor não dê mostras de muito rigor em relação a isso, pelo contrário, como observou no prefácio da primeira edição o crítico e ficcionista Antonio Olinto. Este fez, a propósito, um jogo de palavras, utilizando-se de neologismo bastante em moda na época, para dizer que Alvarenga havia escrito um romance não histórico, mas *estórico*, ou seja, ao sabor da própria imaginação. Oportuno perguntar se a história também não seria *estórica* nesta e em outras matérias. Em outras palavras, o autor agiu de modo semelhante a Dias Gomes ao escrever *O Santo Inquérito* optando de maneira consciente pelo poético da versão popular como um modo de expandir e esclarecer a história factual, mas ficou longe de obter a mesma eficácia artística conseguida pelo dramaturgo. Em Dias Gomes temos um recurso literário, em Alvarenga, um deslize comprometedor. Alvarenga foi escritor inventivo no terreno da linguagem e atento às questões psicológicas das personagens. Nesse sentido há diversos bons exemplos de realização literária nessa obra a respeito de um rapaz e sua fuga rumo a Minas Gerais das pedras e metais preciosos – polo de atração àquela altura. Enquanto os pais eram deportados para Portugal, o rapaz, Nuquim, e a irmã se estabelecem nas Minas, onde passam por aventuras temperadas de violências diversas. Além de duas barras de ouro que o pai lhe destinara, Nuquim leva outra herança deixada em vida a ele e à irmã: um exemplar da Bíblia onde encontra esperança e a identidade judaica – a prática oculta da religião ele conhecia, mas a verdade sobre ela só ficou sabendo na época da prisão dos pais, que lhe revelaram a origem da família. No entanto, apesar dessa persistência judaica, que se vai reafirmar quando Nuquim, enriquecido no comércio de pedras preciosas, viaja rumo a Portugal com o objetivo de livrar os pais da prisão e também para casar com uma mulher da mesma estirpe. Nesse momento a densidade dramática da prosa

de Alvarenga se desfaz e o que poderia ser a parte mais interessante do livro torna-se quase um caderno de notas com ideias a serem desenvolvidas no futuro pelo escritor, talvez.

Nuquim consegue livrar os pais da inquisição, mas eles não pretendem retornar ao Brasil nem permanecer em Portugal. Nuquim os leva à Holanda, o grande centro judaico da Europa naquele tempo. Centro judaico ibérico, sefardita, que concentrava suas forças na recuperação do judaísmo talmúdico, rabínico, a fim de se livrarem os cristãos-novos, os conversos ou marranos, da mescla com resquícios cristãos, católicos e filosóficos, que deixara cicatrizes bem conhecidas na forma de uma crise capaz de prefigurar o laicismo e a indeterminação identitária do futuro. Sinais dessa crise já estão presentes em Nuquim. Em vez de permanecer na Holanda, onde poderia mergulhar na vida judaica de corpo inteiro, ele retorna a Portugal em meio aos riscos que isso representava (o autor não se aprofunda nisso, o que soa bastante estranho), e acaba voltando ao Brasil, atormentado pelo fato de a irmã, casada com um proprietário de terras e fiscal do rei, sempre demonstrara tendências, digamos, “assimilacionistas”, sendo o contrário de Nuquim. Este sofre com a culpa provocada pelo fato de ter entregue a irmã Domitila a um cristão-velho, contribuindo para o apagamento da semente judaica. Espera-o uma tragédia familiar inédita, com fratricídio inconsciente e outras *encrencas*.

A indiferença pelo aprimoramento do texto em coerência de fundo com a história vem indicada logo na página de abertura, segundo parágrafo, onde deparamos esta palavra *encrencas*, inexistente no século 17 no Brasil, onde o neologismo só surgiria durante o século 20 devido aos judeus asquenazitas recém-chegados com o iídiche. A palavra era usada nos bordéis onde havia prostitutas judias e, no iídiche-alemão, *ein krenk* significa uma doença, no caso venérea, para se popularizar como *encrenca*, que designa um problema qualquer, um empecilho etc. Curioso que um escritor preocupado com a linguagem, herdeiro parcial de Guimarães Rosa, que até certo ponto pesquisou o Brasil colônia e a povoação de Minas Gerais por baianos e por paulistas, os bandeirantes, provenientes do Sul, tenha descuidado de outros detalhes importantes para a boa realização da obra. O mais desconcertante deles é o nome de família de Nuquim: Bergman. Embora ele reafirme não

só a fé em Adonai, mas também a dedicação à herança sefardita, quando em Portugal, apaixonou-se pela filha de um boticário que o saúda com um inequívoco “Scholem Aleikhem”, como se estivesse à vontade num *shtetl*, a aldeia judaica asquenazita da Europa Oriental.

Apesar das incongruências mencionadas pode-se observar a pertinência da fabulação de Alvarenga: a questão pendular do marrano está presente, bem colocada no romance e indica o potencial do escritor, além de justificar a leitura e garantir à obra um lugar de certa importância na sequência aqui esboçada. É a sequência da indecidibilidade, tão bem expressa por Alencar e também no belo poema de Machado de Assis, publicado no volume *Americanas*, em 1875, sob o título de *A Cristã Nova* (1950),<sup>17</sup> a respeito do pai devoto e da filha jovem dividida entre o amor filial e ao passado e a paixão por um moço cristão-velho. A inexorabilidade inquisitorial decide tudo pela rotina trágica, quando a indecidibilidade chega ao fim, com a fatalidade do cárcere, das torturas e da fogueira final. Rasgo romântico merecedor de reflexão é que o moço cristão-velho resolve partir para o sacrifício juntamente com a amada e o pai dela. De um lado, o *qidush hashem*, de outro, a entrega absoluta ao amor, numa dupla afirmação de “verdades”.

\*

Fora da ficção, os cristãos-novos e descendentes continuaram a ser evocados, sim, entretanto, num jeito propício à fantasia, como possíveis antepassados, indesejados ou não, uma espécie de paranoia persistente, na qual transpareciam desconfianças dirigidas a esta ou àquela pessoa, a esta ou àquela família com sobrenome de alguma árvore ou animal (se havia base para tais suposições, pouco importa, quando o que sobrevive persiste no imaginário, no plano plural da verdade humana), sem contar a permanência de costumes em diferentes áreas, cuja significação e cuja origem estavam aparentemente perdidas, mas não a prática, ou seja, o significado em si mesmo, a emitir vibrações do passado no presente.

17 Joachim M. Machado de Assis, *Poesias Completas*, Rio-SP-Porto Alegre. O poema *A Cristã-nova* está incluído no volume intitulado *Americanas*, de 1875 (pp. 264-290).

Nesse presente plantaram-se as raízes de uma grande árvore invisível que seria aos poucos recuperada pela investigação portuguesa e brasileira, na tentativa de levantar uma herança quase perdida. A espetacular vinda à tona de comunidades judaizantes em Portugal, no início do século 20, foi não só a evidência de que o marranismo sobrevivera, como serviu de estímulo a quem buscava indícios de algo submerso, quem sabe pulsante, também no Brasil – o fenômeno, observe-se, pode ser verificado em outros países latino-americanos e entre a população de origem mexicana nos Estados Unidos.<sup>18</sup> Despertou-se com vigor a vontade de conhecer melhor o passado entre muitos brasileiros que algum indício, ou restos ancestrais nos hábitos e na narrativa familiar, permitiria a detecção dos rastros de um judaísmo disperso até os mais imperceptíveis limites. Com reflexo evidente no que mais nos interessa aqui: no âmbito da imaginação, do sonho, da literatura voltada para o amplo espectro da realidade que engloba o factual e o imaginário e nesse jogo torna-se poeticamente revelador. Dentro do novo quadro surgiriam circunstâncias que permitiram perceber o cristão-novo de um modo bem diferente. De maneira lenta essa figura adquiria contornos, materializava-se nas pesquisas genealógicas, cercada de exageros, novas fantasias, confusões diversas e conclusões tanto apressadas quanto infundadas. Diversas personalidades notáveis do país eram indicadas ou revelavam sua ascendência cristã-nova/judaica, ou mesmo como autores, acrescentando um dado a mais em suas biografias. Seria mais um ângulo do fenômeno, relacionado à questão identitária, inclusive laica, enquanto outros orientam-se para a religião.

Pergunta que surge: descobria-se ou reinventava-se o passado, como sempre? Mas se de um lado as pesquisas realimentavam a imaginação, de outro conferiam veracidade a suposições e mesmo a aparentes delírios erráticos. As lendas de algumas famílias revelavam-se verossímeis, desprendiam-se das nuvens para o quase terra a terra. Restabelecia-se também, de modo menos inseguro, o vínculo com o passado, agora através de caminhos mais ou menos transitáveis. Os fantasmas arcaicos – positivos

18 Ver Janet Liebman Jacobs, *Hidden Heritage – The Legacy of the Crypto-Jews*, Berkeley-Los Angeles-London 2002.

ou negativos, dependendo de quem olhava – desprendiam-se das respectivas épocas e revelavam com mais vigor a riqueza dos matizes da constituição do Brasil como país e como população. Minha atuação na imprensa judaica, a partir de 1975, permitiu-me aprofundar na questão e conhecer pessoas que buscavam suas origens reais, supostas ou ambas, e se identificavam com um judaísmo a posteriori, alguns convertendo-se a essa religião. A questão dos motivos de tal movimento excede os limites deste artigo. Cabe apenas perguntar: quais as razões do fenômeno?

Efetivava-se com lentidão uma considerável mudança que vez por outra se observaria no tratamento do cristão-novo e dos seus descendentes na literatura local – eles se tornariam “presentes”. Foi dessa maneira que, numa novela por mim escrita na primeira metade dos anos 1970, talvez tenha entrado uma personagem chamada Henrique Mendes.<sup>19</sup> Em meio à tensão de suas contradições e inconformismo relutante, ele aparenta explicar seus conflitos, o seu profundo mal estar, assumindo a ascendência judaica e marrana via antepassados portugueses. É um jornalista, um cidadão comum em atrito livre, crítico e permanente com as suas circunstâncias – trata-se, se não do protagonista, de personagem central irradiadora dessa novela que traz por epígrafe uma paródia bíblica assinada por alguém chamado Bento Zonato.

A tendência crítico-reflexiva daquele trabalho incipiente viria forte – sem nenhuma relação com meu livro a não ser a coincidência do sobrenome, acidental (embora quase emblemático), das personagens – no romance *A Estranha Nação de Rafael Mendes*, de Moacyr Scliar.<sup>20</sup> O escritor já era bastante conhecido e nesse romance assinalava o cruzamento de tradições judaicas e luso-brasileiras pelo viés da herança cristã-nova ou marrana de seu anti-herói que no final revela-se o oposto, na verdade um herói, significativamente, não da resistência cultural, sempre necessária, mas então de um gesto libertário aberto para a incógnita, ou seja, para um grande ponto de interrogação além da narrativa. Sua opção, afinal, é da ética recuperada, fechando o ciclo de uma trajetória bimilenar. Teríamos aqui uma paródia

19 Moacir Amâncio, *Estação dos Confundidos*, São Paulo 1977.

20 Moacyr Scliar, *A Estranha Nação de Rafael Mendes*, Porto Alegre 1983.

da aceitação profética de Jonas? Há outras perguntas em potência após o último ponto do livro.

Entre o início e o final aberto existe uma longa comédia de erros, pauta da carnavalização realizada por Scliar na mais interessante obra literária a respeito do tema do cristão-novo escrita no Brasil até o momento. O escritor faz uso da veia satírica e com isso inventa a sua chave para entrar nesse mundo onde a fantasia e a realidade estão unidos de forma permanente – a suspeita é de que afinal de contas o factual e o fantástico sejam uma e mesma coisa, a síntese cultural de todas as épocas, e é daí que o ficcionista tece a sua narrativa a partir do profeta Jonas, apresentado no levantamento feito por um genealogista charlatão, como o primeiro antepassado dos Mendes a ter registro na “história”. Além da marca de Jonas como sobrevivente após a relutância diante da vontade divina, o elemento humorístico do livro profético pode ter sido outro motivo que levou o autor a atribuir a estirpe desse profeta aos Mendes. O fatalismo da tragicomédia está plantado na região de Qumran, onde viveram os essênios, entre os quais havia um antepassado de Rafael Mendes, este que nasceria no Brasil. Seu antepassado essênio assassina um confrade e foge com a filha do diretor da academia levando a ideia, fixa a partir de então nas futuras gerações, de encontrar a Árvore de Ouro, a solução enfeitada de todos os problemas. O relato biográfico percorre o romance, entremeado pelos dramas e ridículos de coadjuvantes e do protagonista, filho de um médico que ele mal conheceu, pois, dizia-se, havia partido rumo à Espanha a fim de lutar contra Franco. A “verdade”, contida nos cadernos deixados pelo pai, é diferente: apaixonado por uma judia, que fora para a Espanha, contaminada por estranha doença que também acabaria por matar o seu presumido amado. O texto evoca a Espanha medieval, o Cairo onde surge Maimônides como mais um antepassado ilustre de Rafael, entre outros da extensa galeria, cruza Portugal, passa pela colonização brasileira, adentra o Estado da Bahia e o Quilombo dos Palmares,<sup>21</sup> depara-se com um índio

21 Quilombos são povoados de africanos e descendentes que, no período colonial, conseguiam fugir da escravidão. O Quilombo dos Palmares, do século 17, em Alagoas (NE), resistiu belicamente por mais de um século e se tornou um símbolo da luta contra o escravismo.

judeu, por aí, até chegar ao Rio Grande do Sul e sua capital, Porto Alegre, onde vive o último descendente de Jonas, estação século 20. Como certidão de origem, apenas uma canção de berço em *espanholit*, bastante conhecida, que fala no “*hijico de tu nación*”.

Pois bem, o mais novo “*hijico de tu nación*” só descobre o passado fabuloso através da pesquisa genealógica e dos cadernos de anotações deixados pelo pai. A busca da Árvore de Ouro perpassa toda a trajetória da família e, claro, não é outra a obsessão de Rafael, que, de maneira irônica, torna-se homem de confiança de um judeu chamado em espelhismo e exatamente Goldbaum, dono de uma financeira nos tempos da ditadura militar. À custa de golpes e corrupção, Goldbaum consegue fazer fortuna e, sugere-se, aplicando desfalques na própria empresa, leva-a à falência criminosa. Rafael, que não tem como evitar a acusação de cumplicidade, porém assumindo a responsabilidade, consegue levá-lo à prisão junto com ele – que a justiça fosse feita. Graças aos seus velhos métodos, o ex-empresário financeiro acaba entretanto por fugir da prisão subornando a polícia. Ele pretende que o antigo funcionário o acompanhe rumo ao exterior, mas este recusa a oferta e com isso sente-se livre pela primeira vez na vida. Livre da mulher que não ama e da filha que se revela boa bisca ao se tornar amante de Goldbaum e vai com ele para o exterior viver num paraíso fiscal-tropical qualquer, do modo mais cínico e debochado possível. Modulações religiosas, satíricas ou não, correm de modo paralelo e sugestivo ao longo dessa reflexão meta-histórica-ética contida num dos melhores trabalhos de Scliar. Talvez seja dispensável notar que neste caso não pode existir nenhuma suspeita de antissemitismo por parte do escritor. Goldbaum no final das contas mergulha fundo na corrente histórica da corrupção brasileira (e qualquer outra), enquanto Rafael adere à ética dos profetas. Sempre haverá quem compense a ética alheia com a opção pelo bezerro de ouro a qualquer preço.

Algo bem claro na leitura do romance de Scliar é que se trata de uma visada judaica – sem parcialidades, sem edulcoramento e muito sarcasmo – sobre a formação brasileira desde o princípio, como um amálgama de culturas do qual a presença judaica fez e faz parte, embora nem sempre isso tenha sido percebido com a devida propriedade através dos tempos,

ou tenha sido, em dados momentos, omitido de maneira sistemática. O desaparecimento da maldição ocorre quando Rafael Mendes nega-se a acompanhar a enfim descoberta Árvore de Ouro encarnada no seu duplo Goldbaum (viriam do mesmo tronco familiar?), trocando-a pela passagem rumo à ética. Essa seria mesmo a inconsciente afirmação do judaísmo, embora laico e, afinal, romântico em sua subjetividade? Apenas uma das questões que o romance provoca, de maneira estratégica, num lance que prossegue e promove uma espécie de ajuste em relação ao livro alencariano, considerando-se a hipótese de que a soma de todos os romances produzidos num determinado idioma constitui o grande romance da língua na trama de suas relações conscientes ou não.

Síntese crítica, o romance de Scliar vai do amoralismo inerente à mixórdia brasileira, do escravismo à ambição sem limites, da terra do saque perpétuo, desde a colonização, incluindo a ação dos bandeirantes, muitos deles, se não a maioria, de origem judaica e que entraram para a história como fundadores da pátria. São heróis nacionais, como Antônio Raposo Tavares (1598-1659?), que teria evocado a lei mosaica ao justificar o ímpeto brutal de seus subordinados contra os jesuítas, “pelo título que Deus lhes dava nos livros de Moisés”.<sup>22</sup> Raposo Tavares, tido como responsável pela expansão do território brasileiro, está à espera da imaginação de algum romancista à altura para render-lhe a devida homenagem que, esperamos, não seja unívoca nem mitificante. A Casa Real reconheceu-lhe os méritos e o armou cavaleiro, enquanto teve a cabeça entregue aos inquisidores pelo rei da Espanha quando este país dominou a então quase ex-colônia portuguesa. Livrou-se ainda, ou sobretudo, porque o território brasileiro retornou em seguida ao domínio português. Vale notar aqui que esse bandeirante, hoje nome de uma das mais importantes rodovias federais do país – uma homenagem “justa”, como se vê, do ponto de vista oficial – ficaria longe da imagem do cristão-novo e do judaizante vítimas da inquisição, angustiados na tentativa constante de driblar os esbirros inquisitoriais. Raposo Tavares foi homem de ação e realmente heroico, ou mais. A professora Anita Novinsky retoma

22 José Gonçalves, *Os Cristãos-novos – Povoamento e Conquista do Solo Brasileiro (1530-1680)*, São Paulo 1976, p. 19.

e acrescenta à citação de Gonçalves Salvador, com a mudança de algumas palavras e seu comentário sobre vínculos do bandeirante com o cripto-judaísmo: “A historiografia brasileira tem atribuído a fúria devastadora com que os bandeirantes se lançaram contra as reduções jesuíticas a motivações econômicas, como a posse dos índios e a busca de metais preciosos. Sem excluir esses interesses, um mergulho nos documentos revela que uma forte razão ideológica os movia, pois quase todos os bandeirantes tinham membros da família nos cárceres inquisitoriais.” E adiante: “Na verdade, não sabemos qual foi a dimensão de seu judaísmo. Sabemos que Raposo Tavares, questionado sobre qual lei o autorizava a se contrapor aos jesuítas, respondeu: ‘A lei que Deus deu a Moisés’. E sabemos, principalmente, que ele representou os contestadores dos regimes de opressão e do fanatismo” (2013).<sup>23</sup> Um vingador judeu? Pergunta especialmente não injustificada a partir de Novinsky e Salvador. Teríamos aí um outro lado da figura incompleta do herói, a ser reconstituída na pesquisa e na ficção.

Óbvio o componente aventureiro-folhetinesco, como se observa no romance de Alencar e no poema *A Cristã-nova*, de Machado. O componente determina a criação em *A Muralha*, já referido, que pode ser visto como uma espécie de passagem para recente capítulo dessa aventura através dos tempos.<sup>24</sup> Trata-se de uma ficção historicizada que inclui a presença de marranos e judeus no Brasil e nos Estados Unidos, mas em vez de mergulhar com humor e carnaval no imaginário sem barreiras como um meio de chegar à abrangência do real aqui-agora-ontem, como Scliar, a autora Luize Valente procura colar a sua narrativa a pesquisas e depoimentos aceitos sem restrição aparente. Conta a verdade contada por pessoas que buscam comprovar a origem cristã-nova, marrana ou judaica, pelas tradições familiares mantidas até o momento, mas que pareciam inexplicáveis, tidas como parte de um catolicismo antigo e agonizante. São histórias de casamentos consanguíneos para preservar as tradições e a propriedade, costumes fúnebres, alguns mais acentuados, outros menos etc. Enfim, isso tudo é hoje bastante divulgado

23 Anita Novinsky, “O Judeu Raposo Tavares e os Jesuítas”, jornal *A Folha de São Paulo*, ed. 11/4/2013.

24 Luize Valente, *O Segredo do Oratório*, Rio 2013.

e tem contribuído, de novo, para o surgimento de pessoas interessadas em retomar um judaísmo que se teria perdido.

O livro de Valente, além de dialogar com Alencar e Dinah Silveira de Queiroz no que se refere ao posicionamento estratégico da produção literária dentro do mercado, contém duas coincidências curiosas com o romance de Scliar – a partir da recorrência que é o reinterpretar da formação brasileira, com raiz em Alencar. Desta vez tudo também começa por um homem chamado Jonas-Ioná, apaixonado por Abigail com a qual teria uma filha de quem ele jamais saberia. Jonas-Ioná pertence ao grupo de judeus que, após breve período de relativa segurança vivida no território nordestino conquistado pelos holandeses (1625-1654), que admitiam a liberdade religiosa, lançam-se ao mar após a reconquista portuguesa daquela área. Ele e seus companheiros de fuga acabam em Nova Amsterdã, a futura Nova York, onde fundam a primeira comunidade judaica dos Estados Unidos. O nome do pai perpetua-se na linhagem. Em sua forma feminina e hebraica – comum de dois – está nas Ionás descendentes dele, perdidas no Brasil. Instaurara-se na família a tradição de que sempre haveria uma Ioná e ela guardaria o segredo ancestral. Jonas, forma portuguesa masculina de Ioná, também redige uma série de textos pessoais em que fala da vida e da família, dos seus amores, e onde está a soterrada solução histórica à espera por sua descendente dos séculos 20-21.

Valente é autora capaz de desenhar uma arquitetura narrativa e consegue montar a trama folhetinesca – essa palavra não é usada aqui em nenhum momento na acepção pejorativa, refere-se a uma técnica literária válida como outra qualquer – com aventura, tragédia, amores impossíveis – em torno da última Ioná, médica de Recife que se apaixona por um judeu e acaba descobrindo, em meio a mistérios e indícios na família, toda envolta em segredos, que ela também descende de judeus. O romance com Daniel, o ex-noivo, terminara por questões religiosas. Angustiada, ela quer reconstituir o passado persistente em objetos, como o oratório que ostenta uma flor de lis parecida com a letra *shin* e desse modo interpretada nas tradições familiares, no modo como um dos patriarcas, guardião da capela que teria sido uma esnoga, que ao rezar balança a cabeça, e na prova oculta e decisiva, pode-se dizer assim, o enigma a envolver tudo isso como a indicação fundamental

da vida dupla que se perpetuara mesmo já perdendo o sentido primeiro, de modo mecânico, cujo significado talvez fosse conhecido de alguém em algum lugar.

A autora coloca-se de maneira solidária ao lado daqueles que reivindicam o chamado “retorno” e, baseada em pessoas reais, desenvolve sua história ao redor da médica, Ioná, que vive em Recife, capital de Pernambuco, e tivera desfeitos os planos de casamento com David, por causa de pressões da família judaica dele. Então a moça empreende uma busca do passado, auxiliada pela professora Ethel, de São Paulo, inspirada na grande investigadora da história judaica luso-brasileira, Anita Novinsky, sua auxiliar e Pedro, estudioso das linhagens luso-brasileiras, baseado no genealogista Paulo Valadares, outro pesquisador importante, enquanto Ioná foi criada a partir do médico Luciano Oliveira. Ela apresenta esses dados no final do livro, onde também esclarece que “a principal fonte de informações para este romance foram as pesquisas feitas para os documentários *A Estrela Oculta do Sertão*, lançado em 2005, e *Caminhos da Memória – a trajetória dos Judeus em Portugal*, lançado em 2002, em coautoria com Elaine Eiger”. Ao contrário do que disse antes, neste caso o cinema precedeu a literatura, mas esta já faz pressupor um retorno ao mundo das imagens. Note-se a existência de grupos brasileiros judaizantes em Natal, Rio Grande do Norte, São Paulo, Recife e Rio de Janeiro, bastante anteriores ao livro de Valente. O fenômeno é observado com mais visibilidade na região Nordeste, onde a reconstituição da Sinagoga Zur Israel, em Recife, a primeira das Américas, instalada durante o domínio holandês, torna-se um marco histórico que ressurge como símbolo da persistência invisível, se não do judaísmo, da presença de descendentes dos cristãos-novos judaizantes ou não espalhados pelo território do país.

Assim como a pessoa que a inspirou, Ioná está convicta de que dispensa qualquer tipo de formalidade para aderir ao judaísmo, ela se acredita judia de acordo com a versão rabínica segundo a qual somente filhos de mãe judia seriam judeus por nascimento, descartando-se o processo de conversão. O que ela pleiteia é o reconhecimento pela ortodoxia que ainda não faz conversões na Argentina e no Brasil. Então ela tem de ir a Nova York, onde será submetida ao *beit din*. Para Ioná não basta a própria consciência, ela

quer provas da matrilinearidade e a aceitação plena e legal de sua condição judaica. Auxiliada por rabinos e amigos, ela obtivera o exame de seu caso, com o sucesso esperado. No entanto, ao visitar o cemitério judaico-português em Manhattan, e ao entrar em contato com a Shearit Israel, ela conhece um judeu português descendente dos pioneiros e cuja família cuidava de um pequeno jardim plantado antigamente e onde sempre deve florescer um lírio em memória a uma tal Abigail, a mesma reverenciada como santa católica pela família da médica. Então o mistério se resolve, ali estava a prova pela qual ela ansiara, a prova do vínculo entre Ioná e a antepassada da heroína. O final é hollywoodiano: ela desiste de comparecer ao *beit din* e retorna ao Brasil, sabendo carregar um filho do ex-noivo em seu ventre. O passado deixa de ser uma dúvida em função da certeza no presente. É a sua consciência que, de maneira romântica e atual, confere validade à própria situação. Verdade ou mentira? Como decifrar e qualificar os signos históricos, se é que isso tem alguma importância afinal? Como para Rafael Mendes, idem para Ioná o passado deixa de ser um peso e se torna passagem rumo à libertação na atualidade – embora no caso de Ioná seja, pelo menos para ela, a comprovação factual, mas também a “verdade do indivíduo” que dispensa o reconhecimento institucional do tribunal rabínico. Enquanto para Rafael Mendes o que se revela é a falta de sentido da Árvore de Ouro, que ele troca pela vida aqui e agora, no salto ou na retomada ética que o vincula aos profetas, sem desvios que remontam ao bezerro idolatrado no deserto.

No entanto, apesar do mérito indiscutível na percepção de um problema, e da mesma forma que em *Judeu Nuquim*, a verossimilhança ficcional é ameaçada, outra vez, por equívocos e banalidades anacrônicas muito simples que um trabalho atento de *editing* teria resolvido sem maiores complicações. Por exemplo, o ancestral da médica pernambucana, Moise, resolve mudar o nome para Moacir, por ser mais palatável à gente da terra.<sup>25</sup> Acontece que Moacir é um nome usado pelo romancista José de Alencar (sempre ele) forjado em tupi-guarani, provavelmente a partir do hebraico “Ben Oni”, filho de Jacó e Raquel, que lhe dá o nome antes de morrer do

25 Ibidem, p. 120.

parto. O significado original é “filho do meu sofrimento”, com o subentido de “minha força”, então o pai o altera para “Biniamin”, Benjamin, filho da minha destra – da má, para a boa sorte. Moacir significa “aquele que provoca dor”. O mito bíblico teria sido transposto do Levante antigo para o Nordeste brasileiro do início da colonização e da miscigenação entre portugueses e nativos em *Iracema*, novela de 1865 na qual Alencar cria um dos seus mitos de fundação da nacionalidade brasileira. Moacir resultaria de uma adaptação do nome bíblico para o idioma indígena – possibilidade indicada pelas correspondências entre as cenas bíblica e alencariana – ambas as mães morrem após conferirem o nome ao filho. Outro exemplo encontra-se no epílogo, quando revelado o nome completo do patriarca Moise como Moise Mendel, pressupondo o arranjo facilitário para Mendes – Moacir Mendes.<sup>26</sup> Bastante inusitado para aquela época, embora nem tudo seja preto e branco. Wiznitzer menciona o registro da existência de judeus “da Polônia, Itália, Turquia, Estados Berberes (Norte da África) e Alemanha” durante o domínio holandês sobre parte do Nordeste brasileiro.<sup>27</sup> Entre eles poderia estar algum Mendel, nome tipicamente asquenazita, significa “pequeno homem”, no iídiche-alemão. O nome da personagem, plausível como Moise, também poderia ser Mosseh (ou Moses), usado pelos judeus portugueses de então. Mendes vem de Menendo (Menendez, Mendez, filho de Menendo ou Mendo), ao que parece do idioma visigótico, sendo portanto produção ibérica de origem. De qualquer modo nada disso está justificado pela ficção no romance. Esses detalhes que soam incoerentes fariam com que o livro no final se tornasse uma espécie de fábula fabulosa, um conto de fadas, o que se sobreporia às possíveis fontes da realidade presumida e assumida pela narradora, das declarações e da convicção da pessoa que serviu de modelo para a criação da personagem fictícia Ioná. Ou, continuando esta ginástica mental, poderíamos supor um ato falho ficcionalizado como recurso da metalinguagem que colocaria a história de novo sendo *estória*

26 *Ibidem*, p. 309.

27 Arnold Wiznitzer menciona Moses Navarro, cobrador de impostos no Brasil holandês, numa operação financeira de 1638. *Os Judeus no Brasil Colonial*, São Paulo 1966, p. 60. A menção a judeus de origem não ibérica é feita às pp. 72,73, citando o relatório “Oude West Indische Compagnie n. 56”, contrário aos judeus.

ou recuperaria o termo “história” como narrativa ficcional ou “histórica”, numa fusão semântica até necessária de acordo com o sentido original da palavra? Pode-se também comparar a obra com um quadro pintado por um artista plástico ingênuo, que tenta lidar com a perspectiva, mas de maneira imprecisa. No entanto, isso determinaria a modalidade da obra plástica, mas não a modalidade do romance. Tais considerações aplicam-se igualmente a *Judeu Nuquim*.

\*

Este artigo limita-se a alguns autores com o objetivo de elaborar sobre tendências no tratamento de uma história e suas personagens que por certo persistirão em novas versões da realidade entendida como a junção do factual suposto e do lendário, de maneira consciente em Dias Gomes, por exemplo, ao optar pela fantasia popular na recriação de sua personagem Branca Dias, julgada pela inquisição após a morte, sem ter sido executada em fogueira, muito menos no Brasil. No caso, a imaginação popular é incorporada como uma expansão poética dos fatos, mas *Judeu Nuquim*, em meio a bons momentos de narrativa, contém anacronismos e outras incoerências mencionadas acima. *O Segredo do Oratório*, além de incorporar o ponto de vista ideologizado de personalidades documentadas, também comete falhas semelhantes já mencionadas. Porém, no terreno literário, os dois romances ficam abalados. A questão da verossimilhança ficcional – evidente em Alencar, Machado, Scliar, só é verificável em parte de *Judeu Nuquim* e *A Estrela do Sertão*. Não se trata, porém, de motivo para desconsiderar tais obras como objeto de pesquisa tanto polêmico quanto pelo espectro de suas implicações que abrangem história, religião, identidade e literatura.